

Bibliografia comentada sobre o campo da educação superior

Gisele Gomes Avelar Bernardes

AMARAL, Nelson Cardoso. O vínculo avaliação-regulação-financiamento nas IES brasileiras: desafios para a gestão institucional. *RBPAAE: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 95-108, jan./abr. 2011.

199

O artigo examina a influência das políticas públicas no sistema de educação superior brasileiro, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), considerando a relação entre o contexto socioeconômico com a ascensão dos ideais neoliberais e as políticas públicas que ambos os governos implementaram com o intuito de promover diferentes transformações nas instituições de educação superior (IES). O autor contextualiza e discute as referidas mudanças que, de maneira direta ou indireta, possuem ligações com a avaliação e o financiamento, destacando a expansão da matrícula de cursos de graduação presenciais e a competição entre as IES. Analisa também: a produção de fontes alternativas para o financiamento; a procura de recursos financeiros pelas IES públicas, para além dos recursos do Fundo Público; a possibilidade de assinatura de contratos de gestão com IES públicas; e o ranqueamento. Os dados apresentados salientam que esses dois governos utilizaram os aspectos relacionados à avaliação e ao financiamento como estratégias para atingirem os seus objetivos de efetivarem mudanças na educação superior brasileira e, de certa forma, limitarem a autonomia das IES.

AZEVEDO, Alexandre Ramos de; CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. A educação superior pública na modalidade a distância no Brasil: desafios e possibilidades. In: MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. (Orgs.). *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais: cenários do direito à educação*. Brasília, DF: Inep, 2021. p. 247-284. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v.4).

O estudo aborda “a educação superior pública na modalidade a distância no Brasil”, destacando os desafios e possibilidades para sua expansão com qualidade. Salienta o contexto social do ensino superior na modalidade EAD e sua previsão legal, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Desde então, observa-se que “a oferta e a demanda por cursos de graduação EaD no Brasil” vem crescendo e se interiorizando, mas com predominância da oferta em instituições de educação superior (IES) privadas. A expansão de IES públicas federais, ocorrida especialmente a partir dos anos 2000, ampliou a interiorização da educação superior pública, criando condições para que a EaD pudesse ser mais interiorizada, contribuindo com a redução das desigualdades regionais da oferta e, ao mesmo tempo, atendendo a públicos específicos. As IES públicas respondem por menos de 6% da oferta em cursos de ensino superior, o que indica que a oferta pública, mesmo com a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, não se fez acompanhar de uma política efetiva de expansão, superando a retração observada nos últimos anos. Os autores concluem que essa expansão, todavia, deve se dar com qualidade e numa perspectiva de democratização e inclusão social.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. *O PNE e as universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento*. 2018. 387f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

As universidades estaduais (UEs) são pouco estudadas no Brasil, assim como sua contribuição para a democratização do acesso à educação superior. Nesse sentido, a tese investiga “qual seria a expansão necessária de matrículas de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e a ampliação no financiamento para que as UEs, por estado da Federação, possam contribuir com o êxito das metas do PNE (2014-2024) para a educação superior”. O processo de investigação e exposição centra-se na análise da “educação superior brasileira no contexto dos planos nacionais de educação pós-Constituição Federal de 1988”, considerando os planos aprovados em 2001 e 2014. As UEs existentes, criadas em tempos diversos, possuem características e singularidades institucionais acentuadas, pois algumas se voltam mais para o ensino e extensão, outras para a pesquisa e pós-graduação. Destaca-se que as UEs foram insuficientemente consideradas no Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024), sobretudo nas metas 12, 13 e 14, que tratam da expansão e qualidade da graduação

e da pós-graduação. Nesse sentido, apresenta e analisa indicadores específicos desse segmento de universidades. O estudo aponta que essas UEs podem contribuir efetivamente para o alcance das metas de expansão da educação superior, em razão de sua inserção e interiorização nos respectivos estados, o que implica a necessidade de visão articulada do sistema de educação superior e efetivo planejamento e financiamento por parte dos estados e do governo federal.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

O artigo discorre sobre a importância que o conhecimento adquiriu na sociedade da informação, provocando mudanças rápidas, depressão orçamentária e a perda do monopólio de produção e socialização do conhecimento. Nesse contexto, a educação superior é levada a assumir uma função mais orientada ao individualismo e ao pragmatismo econômico, oportunizando ao setor privado a criação de um leque de instituições, em que empresários tomaram a educação superior como um campo de expansão capitalista. Paralelamente, o governo federal passou a estimular a expansão privada, descomprometendo-se com o financiamento das IES públicas e aumento de suas condições estruturais. Durante o Governo Lula (2002-2010), aumentaram as críticas ao Exame Nacional de Cursos (ENC) conhecido popularmente como Provão e, em 2003, foi elaborada uma nova proposta de avaliação, conhecida como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual propunha um sistema amplo de análises, que contemplava avaliação interna e externa, integrando a avaliação das IES, dos cursos e dos estudantes, que promovesse o desenvolvimento institucional, mas também permitisse a supervisão e a avaliação do sistema de educação superior. Diante das comparações, é evidenciada no texto a problemática dos *rankings*, e conclui-se que as práticas controladoras e tecnicistas não abrangem suficientemente a avaliação. Para que ela seja completa, é necessário ir além das escalas comparativas e transformar-se em ações, devendo haver equilíbrio entre avaliação formativa e regulação controladora.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2008. 177 p.

O livro é resultado de uma pesquisa sobre o espaço de produção acadêmica em educação superior, a partir do final dos anos 1970, em sua forma institucionalizada e em sua circulação. Adota a epistemologia da ação de Bourdieu, sobretudo do conceito de campo, para examinar a formação do espaço acadêmico com base na polarização entre pesquisadores com maior ou menor capital político e maior ou menor prestígio científico, bem como trajetórias acadêmicas no Brasil e no exterior. As posições desses pesquisadores foram fundamentais no processo de tomada de decisão quanto aos rumos da produção dos bens científicos. A relação entre dominantes e dominados na constituição desse espaço evidencia diferentes visões

da política pública para o sistema de educação superior brasileiro, especialmente a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). O estudo analisa o jogo estabelecido e mantido pelos agentes, tal qual a lógica das lutas de concorrência e as batalhas classificatórias em torno de discursos e tomadas de posição. Evidencia os investimentos e a construção do capital científico dos agentes que integram esse espaço específico de práticas e produção de sentidos e de crenças. Mostra que a construção do capital científico possui condicionantes objetivos, tais como: associações e grupos de trabalho, com suas hierarquias, agendas, temáticas, eventos etc., assim como aqueles advindos do Estado em suas relações com o campo do poder e o campo político.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza. *A democratização da educação superior pública na perspectiva da justiça social: estudo de caso do curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*. 2021. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Com foco na análise do Programa de Expansão das Universidades Federais (Reuni) e na implementação da política de ações afirmativas na formação em Odontologia, a autora examina, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e exame de indicadores educacionais, a realidade dos ingressantes, enfatizando a situação de permanência, de exclusão e de conclusão dos estudantes do curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), considerado de maior prestígio social. Fundamenta suas análises na teoria da justiça social de Nancy Fraser, destacando a necessidade de democratização da educação superior no Brasil, no sentido de incluir os grupos historicamente excluídos. A história de seletividade social é marcante no curso de Odontologia, assim como em outros cursos considerados de elite ou de maior prestígio. Todavia, a expansão de vagas e a maior inclusão social no caso do curso da UFRGS, evidenciaram possibilidades concretas de ampliação da justiça social e da democratização da educação superior. Conclui-se que as políticas públicas de expansão, de ações afirmativas e de assistência estudantil são fundamentais para garantir maior igualdade e justiça social, principalmente de estudantes trabalhadores em cursos noturnos.

THIENGO, Lara Carlette. *Universidades de Classe Mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais*. 2018. 449f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Desde os anos 1990, vêm se acentuando os discursos, as políticas e as práticas voltadas à excelência na educação superior. As tendências globais, principalmente por meio da criação de *rankings* e da defesa da chamada universidade de classe mundial, têm influenciado esse nível de ensino no cenário nacional e internacional.

A autora examina “o processo de produção de consenso sobre a excelência acadêmica e científica da/na Universidade, rumo a um modelo/concepção de Classe Mundial (UCM), considerando-se suas tendências e manifestações globais e locais”. Os documentos de organismos internacionais, assim como as métricas e resultados de *rankings* acadêmicos, dão ênfase às “iniciativas de excelência empreendidas por países, blocos, grupos e instituições”. Os *rankings* internacionais das universidades para a chamada excelência vêm produzindo maior adesão dos formuladores de políticas públicas e dos gestores acadêmicos. No Brasil, observam-se proposições, políticas e projetos que destacam e diferenciam a educação superior, sobretudo pela afirmação das características marcantes da chamada universidade de classe mundial. A autora alerta que estamos passando da perspectiva da concepção de universidade como *universitas* para a lógica da universidade de classe mundial, subordinada aos “desígnios do capital à luz da ideologia da excelência”.

VERHINE, Robert Evan. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.

O artigo aborda a relação entre avaliação e a regulação da educação superior, considerando o contexto brasileiro e as políticas públicas que envolveram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em sua primeira década de existência. O conceito de regulação é definido como a instituição de normas e padrões por parte do poder público com a finalidade de induzir comportamentos e posturas, além de impor tais determinações, também sendo responsável por fiscalizá-las. A avaliação é descrita como um processo sistemático de análise de dados, que busca identificar falhas, ressaltar acertos e compreender todo o processo que a antecedeu. Discute-se a efetiva aplicação desses conceitos dentro do panorama da educação superior, analisando suas aproximações e distanciamentos. A pesquisa identificou, dentro dos bastidores da implementação do Sinaes, práticas equivocadas em que a elaboração e a execução desses processos são feitas sem grandes distinções, induzindo a uma gerência que coordena as demandas de regulação e avaliação de forma conjunta, aumentando as margens de risco para uma possível generalização, causando a descaracterização e a perda da identidade. Desse modo, as medidas elencadas para superação das limitações envolvem destacar a independência e a autonomia desses dois processos, tanto nas bases conceituais como nas estruturais, e ainda ressaltar que a articulação entre eles deve ser vista como uma prática formativa e construtiva, não se limitando às suas funções burocráticas.

Gisele Gomes Avelar Bernardes, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), é professora na Educação Superior na Universidade Estadual de Goiás (UEG/Unidade Goianésia) e também na Educação Básica – Rede Municipal, e coordenadora do Grupo de Extensão em Educação, Tecnologias e EaD da UEG. É membro do grupo de pesquisa Expansão e Qualidade da Educação Superior no Contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): tensões, limites e perspectivas e do Grupo de Estudos em Educação a Distância (GeaD/UFG).

giseleavelar@yahoo.com.br

Recebido em 29 de agosto de 2022

Aprovado em 10 de março de 2023